

RODAS DE CONVERSAS - DESIGUALDADES, INTERSECCIONALIDADES E
JUSTIÇA SOCIAL EM SAÚDE

**ENTRE CARTILHAS E CANAIS DE DENÚNCIA: A ATUAÇÃO DAS
DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS BRASILEIRAS FRENTE À
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA**

Milena De Almeida Bittencourt Fondello (milenafondello@hotmail.com)

Fabiana Santos Lucena (fabilucena@alumni.usp.br)

A violência obstétrica configura violação de direitos humanos marcada por desigualdades de gênero, raça e classe, pela invisibilidade institucional e dificuldade de responsabilização do Estado. Este estudo analisa a atuação das Defensorias Públicas Estaduais brasileiras, a partir da análise documental dos sites oficiais das 27 unidades da federação, com foco nos Núcleos de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres, na produção de materiais educativos e na disponibilização de canais de denúncia. Os achados indicam que a presença de núcleos especializados se relaciona à divulgação de cartilhas e canais específicos de denúncia, ainda restritos a poucas unidades. Duas iniciativas encontradas - o Protocolo do Paraná e o Comitê do Amazonas - apontam possibilidades de avanço em escuta qualificada e resposta institucional. Marcada por desigualdades regionais, a atuação das Defensorias demanda diretrizes nacionais de fortalecimento dos núcleos especializados e ampliação do acesso à justiça.

Palavras-chave: violência obstétrica; gênero; direitos sociais; direitos sexuais e reprodutivos; iniquidades sociais.

